



MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO: a relação cidade-natureza nos planos urbanísticos da cidade de Natal no Século XX

Adriana Carla de Azevedo Borba

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Marcelo dos Santos Chaves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Trata do estudo acerca da relação cidade - natureza nos Planos Urbanísticos da cidade de Natal no século XX, no qual se buscou identificar e analisar os principais documentos que inserem as ideias ambientais dentro dos planos urbanísticos citadinos; contextualizar política e economicamente o cenário em que acontecem as modificações em cada plano estudado; e caracterizar os planos urbanísticos e diretores de Natal, elaborando categorias de análise de tais instrumentos. Procura-se com este estudo contribuir no processo maior de resgate da história de Natal: dada à carência dos registros históricos, espera-se com este trabalho, estimular também outros nichos de pesquisa que auxiliem numa maior compreensão acerca dos processos de transformação da cidade. Além disto, propõe-se a servir como um instrumento para orientar a elaboração de futuros planos urbanísticos da cidade, especificamente no que se refere às questões ambientais. O estudo pautou-se em pesquisa documental (sobretudo os planos urbanísticos e diretores objetos de estudo) e bibliográfica (periódicos da internet e livros). Verificaram-se quatro tipologias de planos: os que possuem mais destaque na saúde e estética (1901, 1929, 1935); técnica e ciência (1968); zoneamento e controle (1974 e 1984) e meio ambiente (1994 e 1999). Os indícios encontrados apontam para a inserção de idéias ambientais por exigência governamental, notadamente no plano de 1994, e em geral com pouca ou nenhuma participação popular – e sem que a mesma apreendesse seus significados e implicações.

Palavras-chave: planejamento urbano, urbanização, urbanismo, meio ambiente.

Abstract

This research studies the relation between city and nature in the urbanity's plans from Natal-RN, Brazil, during the 20th century. Investigates and analyses the main documents that bring environmental ideas inside from the urbanity's plans of

Natal; gives the historical and economical situation from the city in each period studied; features the urbanity's plans, using categories of analyses to comprehension of this instruments. Try to contribute in the bigger process of historical rescue of Natal, and stimulates new studies. It was used documental research, and bibliographic material. It was identified four kinds of plans: the ones that focus in health and aesthetic (1901, 1929 and 1935) technology and science (1968), zoning and control (1974, 1984) and environment. The hints founded shows that environmental ideas were put inside of the plans by government demands, especially in 1994's plan, almost always without popular contribution – and without this population get understands its meanings and implications.

Key words: urban planning, urbanity, urbanism, environment.

INTRODUÇÃO

Pode - se observar que a trajetória do pensamento ambiental, ao longo do tempo, foi se transformando e assumindo nuances diversas até chegar aos dias de hoje. Ora inserida dentro de sua realidade, ora indo a oposição aos pensamentos e costumes de sua época, tais idéias e projetos ambientais deixaram marcas nos instrumentos que utilizamos atualmente, contribuindo para o surgimento e consolidação do arcabouço teórico acerca de meio ambiente disponível nestes instrumentos.

Dois pontos são significativos para compreensão da ação do homem sobre o meio ambiente. Um destes pontos diz respeito à relação homem-natureza no sentido mais filosófico. Nessa perspectiva observamos a relação humana, de início, como fazendo parte da natureza; na seqüência o homem é visto como subordinado à mesma, depois em oposição, em posição de domínio, como agente depredador e, finalmente, a busca pela reconciliação com o meio ambiente.

Dentro desta relação homem - natureza, sob o ponto de vista filosófico, pode-se identificar também a relação homem-natureza do ponto de vista prático. Neste sentido, alguns aspectos devem ser mencionados como potencializadores da ação humana sobre o meio ambiente, sendo os mais significativos o desenvolvimento de novas tecnologias; a criação de cidades e o avanço da concentração humana; a pressão para o aumento da produção de alimentos; o aumento da produção e concentração de veículos automotivos.

Todos estes aspectos, enfatizados e acelerados ainda pelo tipo de sociedade capitalista em que vivemos, trazem como conseqüências imediatas o aumento da degradação ambiental, tornando insuportável a vida nas grandes cidades e ameaçando, inclusive, a existência da vida no planeta.

Em resposta a esta situação, surgem os movimentos ambientalistas e ecológicos que aos poucos conquistam a incorporação de suas teses ao urbanismo e ao planejamento urbano. Com a implementação dessas idéias busca-se equacionar os diversos conflitos de interesses que são encontrados no tecido urbano. O resgate histórico da idéias acerca de natureza e meio ambiente desenvolvidas

pelos diversos intelectuais mencionados ao longo desta dissertação auxiliaram na compreensão e na identificação das várias fontes que contribuíram para a concepção dos planos urbanísticos e diretores de Natal e sinalizaram para a pluralidade de contribuições incorporadas a estes documentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação às fases da investigação, este trabalho esteve condicionado à transposição de cinco (05) fases, nas quais foram levantados desde os referenciais teóricos que nortearam metodologicamente a investigação, passando pelo procedimento de coleta de dados e investigação de documentos e material bibliográfico, pela análise do material estudado até a qualificação do trabalho final e sua redação definitiva. O ponto de partida, a FASE 01 deste estudo, foi o acesso aos principais documentos que inserem a discussão do meio ambiente junto aos planos urbanísticos — inicialmente no âmbito internacional, em seguida, na esfera nacional (particularmente no eixo Rio – São Paulo); identificadas assim, as origens mais remotas da discussão ambiental, sua existência oficial e as principais correntes e desdobramentos; a partir destes documentos e leis, nos quais as questões ambientais foram contempladas, detectaram-se os enfoques, as correntes ambientalistas que nortearam estes planos. Esta fase buscou reconhecer através de informações bibliográficas e documentais as principais correntes em defesa do meio ambiente.

Na FASE 02, foi feita uma análise sistemática dos planos urbanísticos de Natal, buscando detectar aspectos de semelhança e de diferença entre os planos, a partir do qual foram elaborados quadros de análise de cada documento, tornando-os passíveis de apreensão.

A FASE 03 caracterizou-se pelo levantamento de informações históricas que trouxessem o panorama social, político e econômico de Natal à tona, dentro dos quais os planos de Natal foram produzidos, no intuito de verificar pontos de atrito, de conflito entre a percepção do meio ambiente local e intervenções urbanas. Compreendeu o acesso às informações contidas nos arquivos antigos de periódicos, e material de referência documental e bibliográfica.

Posteriormente iniciou-se a FASE 04, consistiu em confrontar a análise feita de cada plano com os diversos enfoques encontrados tanto na esfera internacional como na nacional, bem como com a realidade da cidade em cada recorte temporal estudado; as diversas idéias sobre meio ambiente foram comparadas com as idéias ambientalistas contidas nos planos específicos da cidade de Natal, RN, dentro do período de 1901 a 1994, em busca de pontos em comum e pontos divergentes.

Tendo identificado as características de cada plano urbanístico de Natal ao longo do século XX, deu-se início à FASE 05, na qual foi possível traçar um diagnóstico do

processo evolutivo do pensamento, do ideário por trás destes planos, até que ponto eles seguem moldes externos e até que ponto são observadas as especificidades da cidade, se existem e quais são os pontos de conflito que os planos urbanísticos pretendem sanar, dentre outros aspectos que se mostraram relevantes no decorrer das análises. Nesta fase, delineou-se o corpo final do trabalho.

Com relação às técnicas de pesquisa utilizadas nesta investigação, foi utilizada a Técnica de Documentação Indireta (Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica). A pesquisa bibliográfica perpassou pelo desenvolvimento de todo o processo desta pesquisa, tanto na parte do levantamento de referencial teórico, como na coleta de dados para a elaboração dos textos que contextualizaram a cidade de Natal.

Foi utilizada a Pesquisa Documental, assim como a bibliográfica, também permeou toda a elaboração da pesquisa; neste caso, numa primeira instância, tendo sido utilizados os planos de urbanização e diretores como documentos primordiais de análise. As principais fontes para localização destes documentos foram os arquivos municipais, as bases da pesquisa do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, as bibliotecas públicas da cidade bem como arquivos e bibliotecas particulares.

O CASO DE NATAL

Analisando os planos urbanísticos de Natal no século XX e traçando um paralelo com seus respectivos recortes temporais, os diversos contextos históricos nacionais, estaduais e municipais, as influências teóricas e a ação do corpo técnico de intelectuais e a opinião pública, verifica-se a importância destes documentos como relevante instrumento de resgate histórico no qual situações complexas são retratadas e podem estudados dentro de uma visão dialética, permitir a compreensão do avanço da idéias ambientais que estudados isoladamente não dão conta da dimensão das mudanças que se processaram no decorrer do século.

De uma perspectiva meramente estética e de auto-segregação da elite (plano de 1901), no qual o meio ambiente deveria ser modificado ou esquecido, os planos urbanísticos passam por um momento focado em embelezamento e higienismo (plano de 1929, que faz referência às idéias de Howard e Sitte), e o meio ambiente era visto como um cenário a ser ajardinado e controlado. Na seqüência, com o plano de 1935, o enfoque ambiental se concentra nas ações sanitárias (em especial nas questões de abastecimento de água e saneamento básico) e se inicia um período de coleta e sistematização de dados ambientais, para a realização de futuros planos urbanísticos, dada a percepção das fragilidades ecológicas de Natal.

Uma ruptura maior é identificada no plano de 1968, tanto do ponto de vista metodológico no trato das questões ambientais (com a adoção do chamado

“plano de desenvolvimento” contendo um banco de dados bastante completo sobre a condição ambiental e infra-estrutura de Natal) como do ponto de vista ideológico (ao se filiar aos postulados da Carta de Atenas, embora reinterpretando-os – como no caso do zoneamento por predominância de atividades – o plano de 1968 passa a encarar o meio ambiente como peça-chave não só para o bem estar da população, mas como importante instrumento de desenvolvimento sócio-econômico relacionado ao turismo). É também neste momento que a iniciativa privada e os organismos financiadores internacionais começam a ser mencionados como parceiros para implementação de intervenções urbanas.

Apesar do plano de 1974 também se basear nos preceitos da Carta de Atenas, o meio ambiente neste plano não é visto como uma peça-chave dentro do urbanismo. Por outro lado, é nesse plano que as primeiras prescrições urbanísticas a respeito das zonas especiais que contém áreas verdes são estabelecidas. Essas prescrições urbanísticas dizem respeito aos recuos, taxa de impermeabilização e porcentagem de adensamento populacional. Os aspectos ambientais mais focalizados no plano de 1974 relacionam-se às questões relativas ao solo (erosão do solo, áreas alagadiças, declividades dentre outros aspectos) e as questões relacionadas ao abastecimento de água (modificações nas condições físicas, químicas e biológica dos mananciais freáticos, aterro de lagoas, mudança de curso de rios, dentre outros).

Já no plano de 1984 (o último plano diretor de Natal a adotar as idéias contidas na Carta de Atenas), ao passo que as prescrições urbanísticas sofrem uma perda (os recuos permanecem os mesmos de 1974, porém as taxas de impermeabilização aumentam assim como as densidades básicas residenciais, o que resulta em sobrecarga da infra-estrutura pelo adensamento populacional, ao mesmo tempo em que ocorre o aumento da impermeabilização dificultando o reabastecimento dos lençóis freáticos). Sob o ponto de vista ambiental são identificados alguns ganhos, tais como a incorporação do termo “equilíbrio ecológico” como algo que não deve ser prejudicado no processo de ordenação urbana assim como o destaque dado ao clima, à preservação das dunas migrantes (relacionados à recarga dos lençóis freáticos) e a clara intenção em aumentar o índice de área verde por habitante.

Esse processo culmina com plano diretor de 1994 que significou um marco do ponto de vista ambiental para a cidade de Natal. Com este plano, foram incorporados uma série de instrumentos de gestão urbana (tais como a transferência de potencial construtivo e o consórcio imobiliário, instrumentos identificados no trabalho de Pierre Patte, Kevin Lynch e de Peter Hall), foram estabelecidas articulações com outras legislações (como a Lei Orgânica do Município de Natal de 1992). O meio ambiente é encarado como um dos pilares centrais do plano, quando se busca, dentro dos seus objetivos, garantir as funções sociais da cidade, através do uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

O emprego de novas terminologias tais como “subzona de preservação” e “subzona de conservação” dentro da zona de proteção ambiental deixava claro que o corpo técnico que elaborou o plano de 1994 estava a par dos atuais debates sobre o meio ambiente e aplicava esses novos conceitos dentro do instrumento legislativo. Apesar do último plano diretor do século XX (o de 1994) ter significado um considerável saldo negativo nas prescrições urbanísticas do plano (com a redução das áreas de recuo, aumento das taxas impermeabilização e do adensamento residencial básico que correspondem à sobrecarga da infraestrutura urbana, assim como a redução das áreas permeáveis para reabastecimento de lençol freático, por outro lado, este plano estimula a legitimação de edificações de interesse social assim como adota uma forma mais democrática de planejamento urbano, além de considerar novos aspectos no trato das questões ambientais da cidade).

A produção de tabelas-sínteses que se encontram no item 2. “Voltando a pensar no contexto macro: As relações”, contendo as categorias de análises utilizadas para possibilitar comparações entre os documentos, possibilitaram uma visualização mais direta das informações contidas tanto no plano urbanístico estudado como no contexto histórico no qual ele se insere. Considerando as demais possibilidades de análise permitidas pela visualização nas tabelas síntese de um conjunto de informações distintas – mas que dispostas lado a lado dão margem para uma maior compreensão daquele momento histórico, é significativo retomar o ano de 1901, e perceber que no período de elaboração deste plano, vários aspectos contribuíram para a sua elaboração.

Existia, em 1901, uma elite intelectualizada, interessada na expansão e modernização da cidade, bem como na criação de um espaço de auto segregação, e no âmbito nacional, um grande movimento em prol na modernização das cidades brasileiras, com a adoção de discursos de embelezamento e higiene – aspectos estes contemplados no plano urbanístico de Natal de 1901. É assim que se observa no caso de plano de 1929, por exemplo, ao passo em que o mundo enfrentava uma crise econômica que se refletia aos poucos na economia interna brasileira, já o Rio Grande do Norte realizava uma série de melhorias urbanas especialmente na capital como resultado do saldo positivo da produção algodoeira do estado que culminaram com o período denominado “ Belle Epoque Natalense ”, no qual uma série de intervenções urbanas de cunho estético e higienista foram implementadas na cidade culminando com a elaboração do plano de 1929 idealizado por Palumbo e contratado pelo então prefeito de Natal, o engenheiro Omar O’ Grady.

No caso do plano de 1935, apesar das pressões sociais, políticas e econômicas que aconteciam na esfera nacional, a atuação da Aliança Nacional Libertadora em oposição ao governo militar ditatorial e o arrefecimento da economia algodoeira, que produzia déficits econômicos no estado, ocorreu um investimento sistemático em saneamento básico e abastecimento de água, por meio do plano de 1935, idealizado pelo escritório Saturnino de Brito. Em 1968, enquanto em

Natal era adotado um plano com certos aspectos democráticos, preconizando inclusive uma gestão com parceria entre os poderes públicos e privados, já na esfera nacional o quadro sócio político e econômico apontava para fortes índices de inflação, corrupção nas altas esferas governamentais, culminando com a imposição do Ato institucional 5, que decretava o regime ditatorial do governo militar brasileiro

O primeiro plano diretor de Natal, idealizado pelo corpo técnico local, no ano de 1974, baseava-se nos postulados da Carta de Atenas e apresentava-se de forma muito sintética, tomando também como base teórica o plano de 1968, produzido pelo escritório Serete S.A, pelo qual o arquiteto Jorge Wilhelm fora contratado para realizar a parte urbanística. Encontrava-se inserido no contexto histórico nacional bastante complexo: vivia-se nesse período o chamado “milagre brasileiro”, com altos índices de crescimento tanto da indústria brasileira como do PIB (produto interno bruto), e foram implementadas uma série de ações com repercussões no meio ambiente e nos sistemas ecológicos, tais como a fundação do INCRA, o aumento do domínio das costas marítimas, construção de hidrelétricas, rodovia, pontes dentre outros. Contudo, todos os avanços ambientais conquistados nesse período aconteciam em uma sociedade dominada pelo terror de moldes fascista, adotado pelo governo militar da época, como forma de repressão aos que não comungavam com as idéias governamentais.

O ano de 1984, no contexto histórico brasileiro, representa um momento de transição entre o governo de ditadura militar e o regime de abertura à democracia. Já o seu reatamento local, no plano diretor de Natal apresenta uma tendência mais restritiva do planejamento urbano, visto que este plano é um dos mais controladores e rígidos dentre os que foram desenvolvidos na capital potiguar, no decorrer do século XX.

E finalmente, encontramos no plano de 1994, uma situação política no Brasil de consolidação da democracia. Esta abertura democrática também está presente no plano diretor de Natal, na medida em que ele se sedimenta em dois pilares fundamentais, que seriam a construção de uma cidade socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, ao longo do período estudado, a visão de meio ambiente parte de uma idéia simplista e fragmentada (de ordem meramente estética e higienista) para tornar-se ponto central da estrutura da cidade, numa realidade social, econômica e política mais complexa (sistema capitalista, potencializador de degradações ambientais; desigualdades sociais; instabilidade econômica; fragilidades ecológicas; conflitos de interesses na produção imobiliária da cidade). Uma das questões levantadas nesta pesquisa, perguntava quais os motivos que levaram

Natal a continuar desenvolvendo tantos problemas ambientais, sanitários e ecológicos, não obstante todo o vanguardismo dos planos urbanísticos elaborados para a cidade.

Na realidade, o que se verifica é que a grande maioria destes planos não foi implementada, ou o foi apenas fragmentariamente – a exceção única do plano de Polidrelli, em 1901, que foi integralmente concretizado. O plano de Polidrelli, inclusive, foi o único a ser mantido em sua completude, e mencionado em todos os demais planos que o sucederam.

Outra situação levantada foi a possibilidade desses planos urbanísticos trazerem contradições que, por um lado, apregoassem a preservação do meio ambiente e por outro permitisse sua destruição. Quando da análise dos planos urbanísticos, não se verificou este tipo de contradição; o que se observou foi que esses planos eram reflexos de ideologias externas, que em conjunto com a realidade histórica de cada momento específico, assim como com a ação dos governos respectivos, produziram os diversos planos urbanísticos estudados no recorte histórico proposto nesta dissertação. Ou seja, os possíveis atentados ao meio ambiente ocorreram à revelia dos planos.

Muito embora a forma como o meio ambiente era encarado ao longo desses recortes históricos produzissem, do ponto de vista teórico, diálogos diferenciados na relação entre meio ambiente e cidade, não se verificou dentro desses planos, contradições que pudessem vir a destruir o meio ambiente. O que se detectou foi que, mesmo quando os planos urbanísticos apresentavam diferentes enfoques entre si, quase invariavelmente o plano urbanístico anterior servia como subsídio para a produção do plano urbanístico seguinte.

Uma situação recorrente, sobretudo nos planos de 1974, 1984 e 1994, era a falta de informações complementares, que davam margem a interpretações equivocadas dos agentes produtores do espaço urbano, o que por sua vez, estimulavam a destruição de áreas de preservação ou de conservação ambientais, tendo em vista falta de detalhamento e de especificação existente nos planos. Um exemplo de especificação incompleta, que se verificou no plano de 1974, e que no plano de 1994 foi sanado, foi quando da determinação dos acidentes geológicos pertinentes da cobertura de legislação ambiental especial, que, entretanto, não era nomeado ou identificado em mapa. O caso mais recorrente de destruição foi às dunas móveis nas cercanias da cidade (sistematicamente utilizados na construção civil ou terraplanados para a implantação de loteamentos) e algumas lagoas ou riachos perenes, que vieram a sofrer aterros.

O outro questionamento proposto busca compreender em que momento da história as autoridades deixaram de planejar o futuro para se tornarem reparadores de problemas urbanísticos provenientes da degradação do meio ambiente, começando, inclusive, a alterar certas condições climáticas da cidade. Consta-se através do estudo dos planos urbanísticos e de seus contextos históricos que os governantes tinham uma atuação de planejamento urbano

futuro mais concentrada nas primeiras três décadas do século XX. Depois desse período, a ação governamental tem se caracterizado muito mais por reparações de situações existentes, do que de antevisão de problemas futuros.

Especificamente no caso de Natal, aconteceram dois momentos de explosão demográfica que exacerbam os problemas urbanísticos da cidade. São eles: o período da Segunda Guerra Mundial (entre 1942 e 1945), quando a cidade recebe um contingente populacional muito maior do que a capacidade da infra-estrutura local permitia, não só pela chegada dos norte-americanos, como também das populações oriundas do interior do Rio Grande do Norte e dos demais estados adjacentes, que viram nesta presença externa, novas oportunidades de emprego e de negócios.

E outro momento histórico, por volta da década de 1970, quando em resultado de migrações internas, a cidade se consolida e cresce muito rapidamente, culminando com a construção de diversos conjuntos habitacionais em toda a cidade, especialmente nas áreas periféricas. No tocante à participação popular, verifica-se que esta foi praticamente inexistente ao longo do processo de elaboração dos planos urbanísticos de Natal no século XX. Resultado da ação direta de uma elite intelectualizada, em parceria com um corpo técnico especializado, os planos urbanísticos de Natal eram instrumentos da classe dominante, sem maiores repercussões das camadas populares mais pobres. O principal resultado disso é o crescimento de uma “cidade ilegal”, que crescia e se consolidava a revelia dos planos urbanísticos de Natal.

A exceção a essa situação pode ser vista no plano de 1994, que se propõe a fornecer condições para a realização de uma gestão participativa (em conseqüência do movimento nacional de reforma urbana, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil). É somente a partir da década de 1990 que os diversos agentes produtores do espaço urbano reúnem-se em prol da concretização de um instrumento de gestão que procura equacionar as diferentes pressões sociais dentro da construção do tecido urbano.

No que se trata dos referenciais teóricos identificados nos planos urbanísticos e diretores de Natal, foram verificadas semelhanças entre alguns aspectos dos planos (a saber, características dos planos de implantação de cidade; orientação dos ventos; a conservação de bairros “dignos”; zoneamento; meio ambiente com papel de destaque no urbanismo; verticalização; espaços verdes para recreação; coexistência de usos diversos; cidade do empreendedorismo), com as idéias de alguns pensadores e estudiosos do espaço urbano, especificamente nos trabalhos de Vitruvius, Pierre Patte, Camillo Sitte, Le Corbusier, Ebenezer Howard, Kevin Lynch, e Peter Hall.

Assim, constata-se que relação cidade-natureza existente nos planos de Natal de fato apresenta reflexos ou similaridades com pensamentos e movimentos externos internacionais. Tais idéias foram inseridas nos planos da cidade

impulsionados, sobretudo, por uma elite local intelectualizada e esta inserção ocorreu de forma paulatina e progressiva ao longo dos tempos.

Após períodos de intenso crescimento populacional, especificamente quando da ocupação militar norte-americana de Natal, por volta de 1942-1945, (acordada com o governo brasileiro, no decorrer da Segunda Guerra Mundial) que se acentua nas décadas de 70 e 80 com os processos migratórios ou outros, os planos passam a apontar para problemas ambientais crônicos em consequência destes acréscimos populacionais tanto intensos como duradouros, não acompanhados da respectiva implementação de infra - estrutura correspondente.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Natal: Manibu/Fundação José Augusto, 1980.

CHILDE, Gordon. O que aconteceu na história. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

CLEVELAND, Cutler J.; RUTH, Mathias. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) . Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

DANTAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes. Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. Dissertação (mestrado). Natal [RN], 2003.

DAVAL, Roger. História das idéias na França. Trad. Maria Lúcia Montes. São Paulo: Difusão européia do livro, 1964.

DECLARAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE (ONU) Estocolmo, 1972. Disponível <http://www.defensoresdanatureza.com.br/defensores/estatuto/estatonu.html>. Acesso em 28 de outubro de 1999.

DELFANTE, Charles. A Grande História da cidade – da Mesopotâmia aos Estados Unidos. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

DORST, Jean. Antes que a Natureza Morra: por uma ecologia política. Trad. Rita Buongermino. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

ECONOMIA do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Org.) . Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

ESCRITÓRIO Saturnino de Brito. Saneamento de Natal, 1935 (datilografado).

ESCRITÓRIO Serete S/A Engenharia (coord. Arquiteto Jorge Wilhelm). Plano Urbanístico de Desenvolvimento de Natal: São Paulo: 1968.

FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo. A produção do espaço urbano em Natal: loteamentos. Natal: UFRN – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1989 (datilografado).

FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo; QUEIROZ, Luiz Alessandro Câmara de. Participação do sistema de incorporação na produção do espaço em Natal. Natal: UFRN – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do Meio Ambiente. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

GONÇALVES, Maria Flora (org). O Novo Brasil Urbano. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HUMANIZAÇÃO do meio ambiente. Trad. Regina Pinto Zingnoni. São Paulo: CULTRIX, 1972 (Simpósio do Instituto Smithsonian).

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Caxias do Sul, UCS, 1978. (Coleção Ciclo)

KRÜGER, Mário. As leituras e a recepção do De Re Aedificatoria de Leon Battista Alberti.

<http://homelessmonalisa.darq.uc.pt/MarioKruger/ParaumaLeituradoDeReAedificatoria.htm>. Acesso pela Internet em abril de 2005.

LAUGIER, Marc-Antoine. Essai sur L' Architecture e Observations sur L'Architecture. Bruxelas: Ed. Pierre Mardaga, Liege, 1979. In: Cadernos Clássicos do Urbanismo (versão preliminar) 'Laugier'. Trad. Ivone Salgado, 1994.

LEI COMPLEMENTAR nº 148 de 26 de dezembro de 1996, que altera a Lei Complementar nº 140, de 26 de janeiro de 1996: Diário Oficial.

LEI Nº 6766 de 19 de Dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

LEI Nº 6938 de 31 de Agosto de 1981, dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

LYNCH, Kevin. Planificación del sitio.. Editorial Gustavo Gili S. A: Barcelona, s/d, p. 186. (Traduzido livremente por Adriana Borba).

http://www.ssrevista.uel.br/c_v2nl_pesquisa.htm. Acesso em 20 de maio de 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. São Paulo: IGEOG-USP, 1981.

MORAES, Antônio Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

NATAL, Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município de Natal, 1990.

NATAL. Lei Complementar n. 022 de 18 de Agosto de 1999.

NATAL. Lei de número 2.211 de 1974, que institucionaliza o Plano Diretor do Município de Natal, 1974.

NATAL. PLANO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO, 1968. Natal, 1968.

NATAL. Plano Diretor de Organização Físico Territorial do Município de Natal. Lei nº 37/1984. Natal, 1984.

NATAL. Projeto de Lei que dispõe sobre o Código do Meio Ambiente do Município do Natal. Prefeitura de Wilma de Faria Maia, 1992.

Contato com os autores: ad_borba@yahoo.com.br; mshaves2007@gmail.com

Recebido em: 09/01/2008

Aprovado em: 20/12/2008